

De volta para o futuro

» RODRIGO FERREIRA

Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)

Navegar entre passado, presente e futuro é motivo de interesse e desejo entre muitos de nós. Não por menos, o cinema já nos deu esse “gostinho” com clássicos dos anos 1980, como *Em algum lugar do passado*, estrelado por Christopher Reeve, e *De volta para o futuro*, com Michael J. Fox, filme que narra a saga de um jovem que navega entre o passado e o futuro, pilotando um incrível automóvel. No setor elétrico, vivemos algo parecido.

Em 1995, o setor elétrico estava na vanguarda mundial, discutindo e criando bases para a modernização do mercado em linha com as discussões mais atualizadas da época. Nesse contexto, nasceram a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), as figuras do agente comercializador e do produtor independente, o Operador Nacional do Sistema Elétrico e o Mercado Atacadista de Energia, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A Lei nº 9.074/1995 definiu que, a partir de 2003, o mercado seria aberto para garantir que todos os consumidores pudessem escolher seu fornecedor de energia, participando ativamente do mercado livre de energia.

Em 2001, chegou o racionamento e, com ele, interrompemos essa trajetória. Voltamos para o passado adotando um modelo centralizador, muito diferente das discussões até então dominantes. Não faço aqui críticas ao modelo instituído em 2004 pela Lei nº 10.848. Sem dúvida, mais do que dobramos nossa capacidade instalada de geração e nosso sistema de transmissão nos últimos 20 anos. Mas, o fato é que o consumidor ficou esquecido, preso ao passado e na ponta de uma cadeia setorial complexa e cheia de lobbies.

Felizmente, no último dia 21, encostou no setor elétrico o carro que vai nos levar de volta para o futuro. O Decreto 12.068/2024, que regulamenta a possibilidade de renovação dos contratos de distribuição, aponta para um mercado moderno, dinâmico e com participação ativa do consumidor, que passará a atuar no mercado como protagonista e decisor.

O ministro Alexandre Silveira e sua equipe técnica acertam em cheio ao tratar da modernização do mercado dentro do contexto da renovação dos contratos de distribuição. Como se trata da possibilidade de prorrogar contratos por 30 anos, é importante que haja a sinalização clara sobre o futuro do setor e do consumidor atendido pelas distribuidoras por meio dos serviços de rede.

Hoje, em pleno século 21, sabemos a relevância dos dados em mercados concorrenciais. Com o setor elétrico caminhando para a ampla concorrência, o decreto não apenas reforça isso, mas cria as bases para que a regulação possa evoluir e dar o adequado tratamento aos dados dos

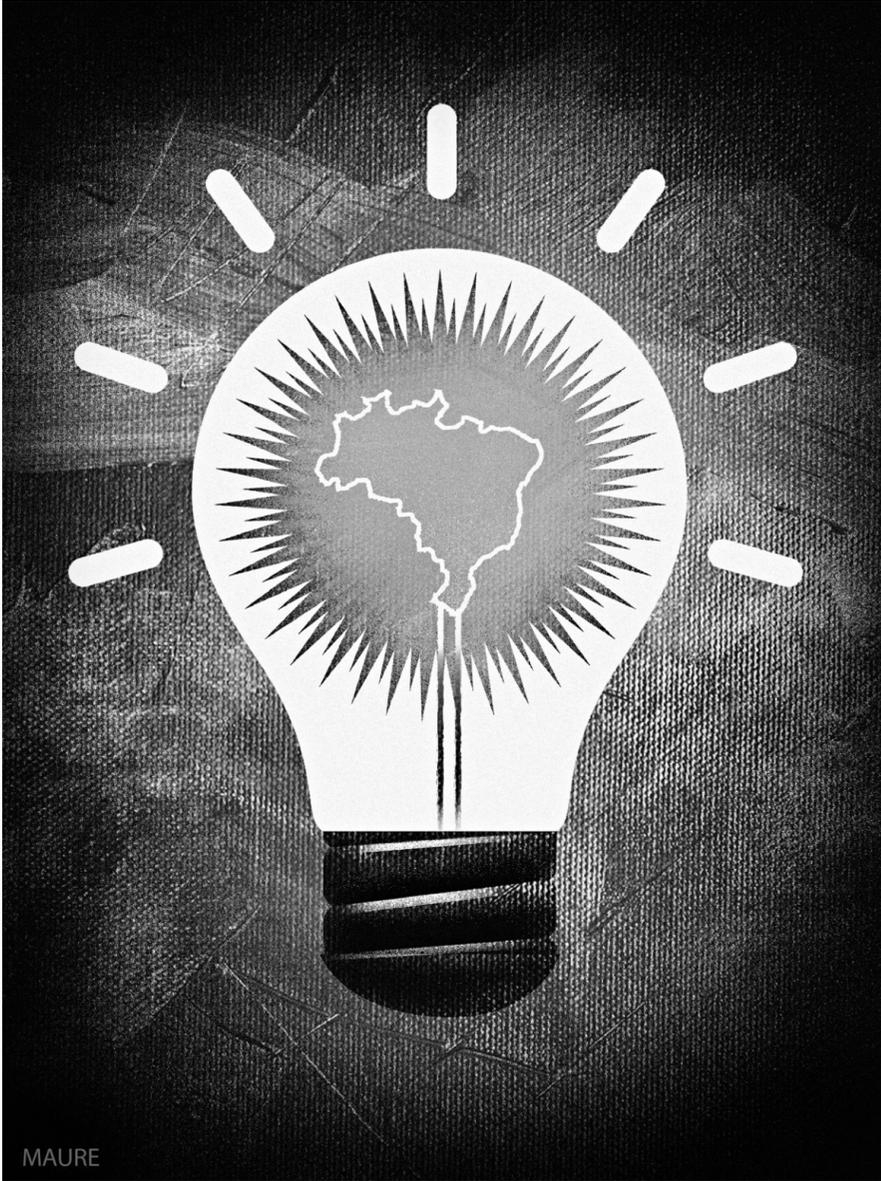
consumidores. Dados de consumo de eletricidade são do consumidor e não podem, em hipótese alguma, serem usados sem seu conhecimento e autorização. Aqueles que os detêm, para prestação dos serviços de distribuição de energia, por exemplo, devem mantê-los sob sigilo e fornecer tais informações aos seus proprietários — ou seja, nós consumidores, com acesso amplo e irrestrito, de forma organizada e padronizada, como contrapartida à prestação do serviço público que prestam.

Outro ponto de destaque é a preparação para a digitalização da medição. Não é condição precedente para abertura de mercado, mas não concluiremos a transição energética mantendo o consumidor de eletricidade preso na medição analógica, desconectada da internet. Por aqui, o

consumidor sequer tem ideia dos serviços e benefícios possíveis de serem oferecidos pelas comercializadoras de energia com apoio de telemedição e controle remoto do consumo.

Por fim, a separação das atividades de fio e energia, a possibilidade de prestação de serviços passíveis de serem prestados em ambiente competitivo por outros agentes setoriais, com o objetivo a beneficiar o consumidor com a ampliação da concorrência, e a preocupação em vedar condutas anti-concorrenciais são também boas iniciativas de modernização que nos levam de volta para o futuro.

Mesmo sabendo que aquele futuro de modernidade que víamos dos anos de 1990 já virou presente em diversos mercados de eletricidade mundiais, nunca é tarde para voltar a 1995.



MAURE

As falas do presidente

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Nos últimos tempos, o presidente Lula tem se mostrado para os brasileiros como aquele sujeito que fala sobre tudo, convencido de saber mais do que todos. Disserta sobre assuntos variados, com ar professoral, dono de certezas infinitas. As pessoas não contestam para evitar conflitos, mas discordam entre sorrisos. O pessoal do dólar, em vez de reclamar, age. O preço da moeda norte-americana sobe, pressiona a inflação e impede eventual queda da taxa Selic.

Ele falou demais, provocou enorme especulação no mercado financeiro, muita gente ganhou dinheiro e, finalmente, foi obrigado a recuar, depois de ouvir seus principais conselheiros na área. Algum sábio disse que o presidente precisava aparecer mais na mídia. A partir dessa recomendação, Lula começou a dar entrevistas sobre todo e qualquer assunto. Afirmou, por exemplo, esperar desculpas do presidente da Argentina, Javier Milei, “que disse muita besteira nos últimos tempos”. Antes das desculpas, não fará nenhum gesto em favor do governo do país vizinho.

Milei afirmou que não pedirá desculpas porque falou a verdade. Ele não vai comparecer à reunião de cúpula do Mercosul e esteve presente numa reunião de líderes da direita internacional em Balneário Camboriú, Santa Catarina. Para completar disse que o presidente brasileiro é um dinossauro imbecil. Palavras nada genéricas, completamente estranhas ao linguajar diplomático. Lula, de fato, interveio na eleição argentina e apostou tudo contra Milei. Está recebendo o troco. As economias de Brasil e Argentina, que se complementam, sofrem com o desgaste de seus respectivos presidentes.

Lula também disse que as mulheres precisam parar de ter filhos. E não se conteve na pregação contra o presidente do Banco Central. Chegou a dizer que vai nomear para a presidência daquela instituição alguém que considere o Brasil real, e não o país dos banqueiros e do mercado. Ele, aparentemente, não sabe o que é “mercado”, essa entidade mítica, é constituído por todos os brasileiros que investem para obter rendimento melhor de seus dinheiros. O trabalhador que deixa seu salário na poupança faz parte do mercado tanto quanto o milionário que procura investimentos rentáveis. De vez em quando, amargam derrotas. Na crise das Americanas muita gente grávida perdeu dinheiro.

Lula sabe ganhar eleições, chegar ao poder, mas, na sua terceira passagem pelo Palácio do Planalto, longe dos antigos companheiros que ficaram pelo caminho, não ostenta a mesma habilidade para pular sobre fogueiras. Crítica o Supremo Tribunal Federal, “que se mete em muitas coisas”. Diz que não existem negros que possam exercer altos postos na administração federal. Ninguém se beneficia desse tiroteio verbal. Palavras soltas ao vento ofendem. Políticos devem saber que o adversário de hoje é o aliado de amanhã, e vice-versa. O resultado de tantas mágoas resultou em nada. O presidente foi obrigado a concordar com o corte no orçamento federal. Não tinha outra saída.

Há um dado importante. Lula tem 79 anos. Vai chegar ao final do mandato com 81. Se for eleito para o quarto mandato, terá 85 anos no seu término. O exemplo que vem do Norte mostra que Joe Biden, apenas três anos mais velho, fracassou no debate com seu opositor. Impiedoso na mentira e objetivo na disputa pela presidência dos Estados Unidos. Os democratas cogitam tirar Biden da disputa por causa de sua idade. É a tentativa de vencer a eleição de novembro. Lula não tem sucessores. Seu filho político é Fernando Haddad, professor universitário sem grande contato com a militância petista. É um petista que veste paletó e gravata, e não macacão de fábrica.

A questão da idade vai ser colocada no momento certo. O problema é quem seria ou será o candidato do PT na eventual impossibilidade de Lula concorrer. Será um grande teste para o partido, que ainda vive nos anos 1970 em termos de economia e política. Os petistas custam a entender a globalização e a economia digital, que substitui cada vez mais o ser humano em tarefas repetitivas, e até em algumas outras inteligentes. Essa perplexidade da esquerda auxilia a direita, que tem base no agronegócio que frutifica na sua relação com o exterior, ou seja, é globalizado.

Biden tem um substituto ideal. É Kamala Harris, californiana, advogada, negra, vice-presidente que, se escolhida, vai herdar o dinheiro e a estrutura da campanha eleitoral. Lula, se for o caso, deixará para seu eventual sucessor um território conflagrado dentro de um país dividido. O PT não tem hoje a força política e eleitoral de outros tempos. O vento virou na política e na economia. As opiniões descoordenadas e desinformadas do presidente só contribuíram para aumentar o desgaste do partido e abrir brechas para o avanço da oposição.

A política, a ciência e os 30 anos do real

» BENITO SALOMÃO

Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU)

Em 1º de julho de 2024, o Brasil comemorou os 30 anos do Plano Real, o pacote econômico que debelou a inflação após mais de uma década de descontrolado e tentativas malogradas de resolvê-la. O real foi a décima moeda brasileira e a terceira mais longeva. Apenas o real português (de 1568 a 1833) e o réis (de 1833 a 1842) vigoraram por mais tempo do que o atual real. A história monetária brasileira é repleta de idas e vindas, e, apenas no século 20, o Brasil experimentou nove padrões monetários. Em termos da história mais recente da economia brasileira, pode-se considerar o real como sendo a política pública mais bem-sucedida dos últimos 40 anos, o que torna seu 30º aniversário uma data de fato a ser celebrada. Mas, o que dá ao real tal status de uma política tão bem-sucedida?

Em primeiro lugar, a sua concepção e coexistência em um ambiente político totalmente democrático. As moedas anteriores, vigentes durante a república oligárquica e as diferentes ditaduras que vigoraram no Brasil ao longo do século 20, eram alvo de descontroles macroeconômicos, causados por decisões políticas que não eram penalizadas por repassar seus custos aos mais pobres por via da inflação. Em regimes autoritários, quando o governo não é restringido pela opinião de suas populações, decisões podem ser tomadas independentemente dos seus custos recaírem sobre a maioria da população. Isso

não pode acontecer em democracias, pois governos que tomam tais decisões são punidos ou pelo voto, ou por instrumentos constitucionais como o impeachment.

Essa não é uma questão menor. O fato de o problema inflacionário ter entrado na pauta política na segunda metade dos anos 1980 e solucionado na década de 1990, e não nos anos anteriores, estava relacionado ao fato de que, em havendo um calendário eleitoral regular, onde o direito ao sufrágio era universal (pela primeira vez, na nossa história), criaram-se os incentivos para que as decisões políticas no sentido de corrigir a inflação fossem tomadas. Tais incentivos não estavam postos durante os regimes mais autoritários que o país viveu no século 20.

O sucesso do real, por sua vez, se deveu a uma conjunção rara de fatores. Em primeiro lugar, o fato de a inflação ter se arrastado como um problema por mais de uma década criou, na opinião pública, um certo sentido de urgência, que serviu como anuência política para os atores envolvidos tomarem as decisões. No tocante a tais atores, o real foi fruto de uma rara combinação de uma equipe técnica que dominava academicamente a fronteira do conhecimento sobre inflação naquele momento, somado a um ator político com leitura em economia e firmeza para afiançar politicamente o plano junto às instâncias deliberativas do país.

Essa combinação de política e ciência não é um fator menor no sucesso do real, o Brasil teve, na sua história, outros momentos em que grandes pensadores em economia serviram ao governo, porém sem o mesmo êxito, pois faltava-lhes respaldo político. Essa conjunção da melhor política com a ciência de fronteira não mais aconteceu nas décadas que sucederam ao real — talvez, não aconteça nunca mais. Talvez tenhamos visto algo parecido a isso no que diz respeito à política social durante a passagem dos anos 1990 para o 2000. A história pode julgar.

O partido político que abrigava as lideranças responsáveis pelo desenho do real ganhou duas eleições após a entrada em vigor da nova moeda. Depois disso, nunca mais voltou ao poder, sendo sucedido por diferentes agremiações políticas à direita e à esquerda que alternavam no poder preservando a estabilidade conquistada pelo real. Isso sinaliza que, mais do que um amadurecimento democrático, a estabilidade da moeda galgou status de bem público no Brasil. Os guardiões da moeda não são políticos, burocratas ou acadêmicos lotados em algum gabinete em Brasília, mas, sim, milhares de pessoas (eleitores) que se beneficiam da estabilidade dos preços. Celebrar o Plano Real, portanto, significa celebrar a própria democracia.